

O consumo de drogas: controles sociais entre uma política pública e algumas estratégias

1 - A questão posta

Quando se fala em juventude uma das questões que surgem como desafio está relacionada à política pública quanto ao consumo de substâncias psicoativas, não apenas as ilícitas, mas principalmente. Essa ressalva não deve deixar de ser feita quando cada vez mais as sanções para o uso de tabaco e álcool – não se pode fumar em recintos fechados, nem beber quando se está ao volante – são estabelecidas e o consumo de fármacos vai se tornando um hábito cada vez mais presente no cotidiano. Porém, questões mais ligadas aos desvios sociais e a violência estão configuradas em torno das substâncias psicoativas ilícitas, e extraordinariamente, relacionadas a droga que é posta no mercado pelos valores mais baixos; o crack. A proposta deste artigo é refletir sobre uma política pública e sobre estratégias que contemplem os riscos e danos que mais se liquefazem em meio à juventude, trazendo a voz desta para o debate com algumas de suas expectativas, anseios e possíveis respostas à questão. Eis o desafio!

Se de modo geral, o consumo de drogas ilícitas afeta a população como um todo, os jovens por sustentarem valores ainda em processo e terem que testá-los na prática estão mais expostos as articulações do mercado e na perspectiva do mercado de consumo, as drogas são produtos que podem gerar lucros altos e rápidos. Esse mercado ilícito se articula em torno de riscos à segurança e à saúde, e os jovens consumidores não estão salvos dessa regra.

Averiguando a extensão social destes riscos, o livro *Retratos da Juventude Brasileira* ([Orgs.] Abramo, H. W. & Branco, P.P.M.,2008) traz os resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira” que investigou quais são os problemas que mais preocupam os jovens contemporâneos. Para a condição de ser jovem, 23% responderam conviver com riscos (17% drogas e 9% violência), enquanto 20% se referiram a escassez de trabalho e ausência de renda. Em relação aos problemas mais preocupantes na atualidade, 55% indicaram segurança/violência, 52% emprego, 24% drogas e 16% fome/miséria (2008,35). Esses jovens se mostraram preocupados com questões de risco e segurança, contudo, as duas respostas não convergem totalmente: na primeira, a preocupação com os riscos ligados ao consumo de drogas se dá em relação aos efeitos

psicoativos destas ou pela violência acarretada pelo tráfico? Pela segunda resposta, quando o dobro de jovens indica se preocupar mais com segurança/violência do que com as drogas em si (52% X 24%), pode ser interpretado que os riscos acabam sendo associados ao contexto muito mais do que aos efeitos farmacológicos das substâncias.

Ainda dialogando com esta pesquisa, se entre os jovens que sustentam mais alto nível de escolaridade, questões de violência e segurança ganham mais peso entre os assuntos que preocupam – assim afirmam 64% dos que atingiram o ensino superior contra 32% dos que só atingiram o ensino fundamental -, é curioso notar que entre estes mais escolarizados, as drogas estão em terceiro lugar como motivo de preocupação (2008,62). Esse não relacionamento direto das drogas com violência e segurança esta relacionado com o dado de que os jovens mais escolarizados frequentam contextos menos pauperizados e possuem informações que permitem reflexões mais críticas que perspectivem o consumo de drogas como uma questão muito menos como caso de polícia do que como questão sociocultural.

Um aspecto fundamental que tem potencial para diminuir a insegurança social está na proporção direta dos vínculos de confiança destes jovens. Ainda de acordo com o “Perfil da juventude brasileira”, a confiança é um recurso recorrente, mesmo que em níveis de aproximação diferenciados: como um tópico que deve ser discutido com os pais, a questão das drogas foi eleita em segundo lugar com 52%, atrás de educação com 61% de indicações, em respostas múltiplas. Já como tópico para discutir entre os amigos, o consumo de drogas está em primeiro lugar com 46%, depois sexualidade 45% e esportes, 43% (2008,64). Estes números talvez indiquem que entre estes jovens investigados, conversas íntimas sobre drogas requerem além da confiança, uma dose de identificação, pois acaba sendo uma temática que eles reservam para desenvolver com amigos que vivenciam as mesmas questões, e não com os pais que geralmente vivem culturas diferentes. Se esses jovens acreditassem no risco das drogas enquanto psicoativos é possível que a confiança nos pais para dialogar sobre a questão fosse maior, pois estes últimos são caracterizados como os provedores básicos do cuidado familiar. Ao indicarem estar mais confortáveis para tratar desta questão com amigos, talvez também indiquem que a troca de experiências entre pares possa ser menos arriscada em relação a seus hábitos e valores.

Um questionamento pertinente levantado por esta pesquisa é no sentido de traçar um perfil legítimo dos usuários de drogas ilícitas que não se restrinja à idade, gênero e etnia. De modo geral, dados a respeito do uso de drogas são construídos

secundariamente, aparecendo em pesquisas da área educacional que giram em torno de alunos com baixo rendimento e com problemas de família. Por esses alunos geralmente serem apontados como os mais propensos ao uso de drogas, tende-se a interpretar esse uso como sendo fruto da escolha e não da falta de escolha, o que é contestado por uma das pesquisadoras: “Nesses casos, o uso de drogas ilícitas parece ser menos resultado da oportunidade de usá-las do que da falta de oportunidade em outros domínios da vida social e afetiva” (Carlini-Marlatt:2008, 314).

Como oportunidades e escolhas envolvem riscos, esta última pesquisadora ainda indica que, se questões de segurança pautam o discurso cultural da juventude dos dias de hoje, é na cultura universitária onde vai ser encontrado o maior número de jovens que pensam a descriminalização da maconha como uma questão de segurança e não apenas questão de liberdade.

“Em relação à descriminalização da maconha, [...] os jovens se revelam ainda mais conservadores do que nos outros temas, com somente 17% de concordância (o máximo de apoio a essa bandeira foi encontrado entre os jovens com instrução universitária, 28%)”. (CARLINI-MARLATT:2008, 315).

Também a pesquisa realizada por Venturi e Bokany indica que estudantes do nível médio priorizam a segurança em detrimento da liberdade para a pauta do cotidiano: “quatro em cada cinco são favoráveis a exames *antidoping* nas escolas para detectar o uso de drogas [...] a maioria é contra [...] o consumo da maconha (81%) - droga que teria sido experimentada por apenas 10%”, (2008, 352). Se a maior parte desses jovens se mostra contrária quanto à descriminalização da maconha não significa que sejam a favor de sanções policiais aos usuários: “77% acham que o usuário de drogas deve receber tratamento médico, ante apenas 13% favoráveis à manutenção da política vigente (8% são favoráveis a ambas medidas, tratamento médico e prisão)” (Venturi e Bokany:2008,365). Para estes jovens, aos poucos, o risco do consumo de maconha vai deixando de ser refletido como um caso de prisão para ser representado como um caso de saúde. Vale ressaltar que entre os estudantes secundaristas se encontra um alto consumo de álcool¹, substância que não é proibida, mas que deveria ser devidamente controlada, pois está relacionada com um alto índice de violência e insegurança².

¹ - Estudantes baianos lideram consumo de álcool no país, (SOUZA, M.: A Tarde on line, 11/07/01).

² - “52% das vítimas de homicídio, 64% das de afogamento fatais e 51% dos vitimizados fatalmente em acidentes de trânsito apresentaram álcool na corrente sanguínea em níveis mais elevados do permitido

Quanto às representações dominantes fora dos contextos estudantis, há diferenças de perspectivas. No intuito de estabelecer controles sociais mais visíveis e aparentemente mais concretos, alguns segmentos sociais tendem ao empoderamento das substâncias, como se elas fossem entidades com vida própria. Assim, o crack é cada vez mais representado como o veneno das cidades grandes, propiciando o status de exclusão aos intemperantes que enveredem pelo seu consumo. Enquanto isso, alguns adeptos dos cultos religiosos ayahuasqueiros concebem a ayahuasca – ou Daime - como “o remédio”, que pode até curar dependências em outras substâncias, como o álcool, por exemplo. Já algumas Igrejas que sustentam os valores fundantes de certas comunidades terapêuticas representam as drogas como demônios. Seja como veneno, remédio ou demônio, essas perspectivas acabam valorizando muito mais “o poder” das substâncias do que a estrutura e o estilo de vida dos usuários, que de fato, são os sujeitos responsáveis pelos consumos. Essa retirada da responsabilidade dos usuários sobre o consumo ao lado do empoderamento das substâncias traz também consequências em relação ao mercado de substâncias lícitas e controladas.

Cada vez mais se configura que a felicidade como objetivo social está ao alcance dos portadores de prescrições médicas indicando uma tendência planetária de consumo de fármacos. O processo de banalização desse consumo está ligado a confiança que os usuários dos sistemas médicos depositam nos profissionais da área. Se por uma lado, há falta de confiança nos pais quando o assunto é drogas, por outro, há excesso de confiança nos médicos quando o assunto são os fármacos. Nas palavras de um residente de medicina:

- Há um consenso de que antidepressivo e ansiolíticos não são drogas, são remédios. Receitar um destes hoje é normal, porque você sabe que muitos médicos trabalham juntos com os laboratórios. Nos EUA se um médico não adota os consensos da indústria farmacêutica (consenso para prescrever medicamentos em praticamente toda consulta), pode ser processado pelos pacientes que vão ali pra receber alguma prescrição e não para ouvir conversa. Querem fazer o mesmo por aqui. (VALENÇA:2010,295)

Se os médicos passarem a ser processados por não prescrever é possível que o fato do ansiolítico *Rivotril* ter sido o segundo remédio mais vendido no país em 2009, seja

para dirigir veículos” (DUARTE e CARLINI-COTRIM, 2000)”... “Estudos feitos em prontos-socorros de Brasília, Curitiba, Recife, Salvador (NERY FILHO *et alii*, 1997), São Paulo (GAZAL-CARVALHO *et alii*, 2002), e Campinas (MANTOVAN *et alii*, 1993), por diferentes autores e instituições, também encontram presença de álcool no sangue de vítimas em porcentagens que variam de 29% a 61%.” (CARLINI-MARLATT:2008, 306/307).

apenas a ponta do iceberg. Basta lembrar que a OMS no ano 2000 fez uma projeção amplamente divulgada pela mídia, de que até 2020 a depressão será a doença que mais incapacitará trabalhadores no mundo, assumindo o status de enfermidade da contemporaneidade. No Brasil, onde a depressão afeta 17 milhões de pessoas, cerca de 10% a 12% da população nacional, entre 2003 e 2007 houve um aumento de 40% nas vendas de antidepressivos (Folhaonline:12/11/09), gerando uma fatura em torno de US\$ 320 milhões anuais. Sem buscar esclarecer as causas dessa depressão coletiva, essa cultura da medicalização vem estabelecendo uma ampla rede de usuários que se sentem à vontade para escolher por conta própria o remédio para seu sintoma:

A era Prozac permitiu que os antidepressivos pudessem ser usados por pessoas de diferentes idades e pelos mais diversos motivos. Há quem tome Prozac para evitar a ejaculação precoce, uma vez que um dos seus efeitos colaterais é justamente baixar um pouco a libido. (www.antidrogas.com.br)

Para Jorge Pagura, ex-secretário de Saúde da prefeitura de São Paulo e neurocirurgião do Hospital Albert Einstein, essa medicalização seja por parte do consumidor ou dos médicos não acarreta riscos a segurança. “O importante é que as pessoas tenham bem-estar e se aliviem das tensões que as acometem no dia-a-dia”, (www.antidrogas.com.br). Esta banalização do uso de fármacos, não apenas de antidepressivos, já se tornou sonho de consumo do grande mercado consumidor:

Vício em remédio supera abuso de drogas ilícitas

Um relatório com dados de 2009 divulgado ontem pela Junta Internacional de Fiscalização a Entorpecentes, ligada à ONU, revela que houve um crescimento no abuso de medicamentos, que, em alguns países, tornou-se mais comum do que o consumo excessivo de drogas ilícitas como heroína, cocaína e ecstasy juntas.

Remédios como benzodiazepínicos (tranquilizantes), analgésicos opioides e anfetaminas (como os inibidores de apetite) estão entre os mais usados para esse fim - em doses acima ou para fins diferentes do recomendado. Muitos são de tarja preta, mas podem ser comprados na internet, contrabandeados ou falsificados. (FOLHA on LINE:25/02/10)

Se a juventude pode ser conceituada como um processo psicossocial no qual ela é “marcada por ajustamentos progressivos do indivíduo aos padrões de expectativa da sociedade como reprodução social” (Bahia, Análise & Dados: 2010, 2), essa crescente cultura da medicalização com suas pílulas da felicidade requer maiores cuidados com os riscos concomitantes às reproduções sociais na pauta do dia. O que ainda impede que esse padrão de consumo de fármacos seja reproduzido por boa parte da juventude local

é que grande número desses jovens se encontra em contextos socioeconomicoculturais com pouco dinheiro disponível e limitadas receitas médicas ao alcance. De qualquer modo, as diretrizes da *Política Nacional para a Juventude*, destacando o papel do jovem frente à sociedade civil, não devem negligenciar os parâmetros de saúde e segurança pública que são postos em contato com os valores dessa juventude. Mas quais mecanismos – política pública e estratégias - de controle social estão em jogo? Vejamos como a juventude percebe a cultura do crack e a cultura da maconha, duas das culturas de substâncias psicoativas mais populares hoje em dia.

2 - O desafio em processo

O artigo número 2, alínea IV, da Minuta da Política Nacional de Juventude indica: “Fortalecimento da participação juvenil e o controle social das políticas públicas”. Entretanto, quando o assunto em questão é o consumo de drogas é preciso entender em que medida a juventude pode e deve atuar no controle social da política pública referente. Neste quesito, estamos num momento histórico em que gradativamente se passa de uma perspectiva policial para uma perspectiva de saúde como abordagem. A perspectiva repressiva³ não resolveu o problema, mas trouxe outros para o primeiro plano: cadeias com uma população acima da capacidade, mortes de muitos jovens que não chegam a ser atendidos por um judiciário com agenda sobrecarregada, força policial aliciada pela corrupção e traficantes mitificados como única forma de ascensão para grande parte dos excluídos. O crack, com valor de mercado mais baixo do que o valor da cerveja, do tabaco, da maconha e da cocaína, se tornou mercadologicamente de difícil combate com medidas exclusivas de repressão. Como mecanismo de controle social a repressão vem mostrando poucas chances de ser amplamente bem sucedida.

Um bom exemplo dessa situação foi configurado na batida policial ocorrida na Cracolândia em São Paulo no dia 25/02/10, que visando eliminar das ruas, os usuários de crack, se mostrou uma ação de controle social falha. A polícia civil recolheu 250 usuários, para horas depois liberá-los, pois, não houve planejamento para atendê-los na unidade de saúde da prefeitura para onde foram levados. Sem uma relação estabelecida

³ - a guerra às drogas foi deflagrada em 1970 pelo presidente estadunidense Richard Nixon com o objetivo de erradicá-las e decorridos quarenta anos resultou num gasto de US\$ 1 trilhão (MAIEROVITCH: 24/05/10). Nesse período o consumo aumentou substancialmente.

entre o setor de repressão e o setor de saúde, o ganho social deste episódio foi o aumento do estigma em torno destes usuários, além de fragilizar a imagem de um projeto da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo que conta com 400 profissionais de saúde para tratar da questão.

A extensão dos problemas dos usuários ganha amplitude com a imprecisão da recente lei 11.343/06 (em vigor desde 2006), que leva a um impasse em relação à sua interpretação. Se em tese, a lei desonera o usuário de penas de reclusão em detrimento do traficante, a definição prática de quem é usuário e quem é traficante ainda gera polêmica, pois se concentra na interpretação do agente de controle que julgar a ocorrência⁴. Uma das contribuições mais significativas para analisar as implicações dessa imprecisão decorre da reflexividade que está sendo gerada pela pesquisa *Tráfico de Drogas e Constituição no Brasil*, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Política de Drogas e Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com a Universidade de Brasília (Boiteux, Castilho, Vargas, Batista, Prado & Japiassu: 2009). A pesquisa analisou 730 sentenças no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 2006 e 2008. Foi constatado que no Rio de Janeiro, 66,4% dos condenados por tráfico de drogas são primários, 65,4% respondem apenas por tráfico (sem associação ou quadrilha), 60,8% foram presos sozinhos, 91,9% em flagrante e apenas 14,1% estavam armados. A análise dos dados indica que a atuação da Justiça Penal acaba enquadrando os elos mais vulneráveis, ou seja, os pequenos traficantes – que não são peças centrais do tráfico, sendo rapidamente substituídos na rede de vendas. O mais problemático é que na prática também são enquadrados muitos usuários, pois apesar dessa lei em tese ter desvinculado o usuário da pena de cárcere, o artigo 33 não é claro na diferenciação entre o usuário e o pequeno traficante gerando ambivalência moral, policial e legal.

Quanto ao modelo de atendimento para o usuário na área de saúde, na prática, se perpetua o padrão tradicional de internação, seja em comunidades terapêuticas ou em clínicas especializadas. Como estas últimas são muito caras e atingem uma parcela reduzida do universo de usuários, concentremos atenção nas primeiras. As comunidades terapêuticas não fazem parte da rede SUS, e recebem de forma geral, o apoio das famílias dos usuários assim como de parlamentares - e vale ressaltar que muitos destes já foram gestores ou tiveram e/ou têm alguma parcela de contribuição com este modelo de prestação de serviço. Não é de estranhar que a imagem pública do contexto do

⁴ - e esse julgamento não é feito por um juiz, na melhor das hipóteses, é efetuado por um delegado.

consumo de crack, principalmente num ano eleitoral, esteja impregnada pela politização dos discursos a favor da internação do usuário se referindo às comunidades religiosas como uma solução viável para a problemática. Contudo, retirar os usuários das ruas apenas torna o problema invisível para boa parte das pessoas que circulam nas grandes cidades. Um olhar sobre a filosofia e sobre os métodos de enfrentamento das comunidades terapêuticas pode apreender outras facetas da problemática.

O modelo de tratamento encontrado nessas comunidades é compulsório, pois, apoiadas num ponto de vista muito mais moral do que médico ou psicológico, se representa o usuário de crack como uma pessoa que está fora de controle, principalmente por não sustentar nenhuma modalidade de fé⁵. O usuário é uma pessoa esvaziada de fé e esse vazio ele tenta preencher com o uso de drogas. Nesse recorte, é preciso retirar a droga de sua vida e colocar a fé no seu lugar. Nesse modelo utilizado por grande parte das comunidades terapêuticas, o usuário tem que ficar pelo menos nove meses internado, como se passasse por outra gestação. Mas o problema se configura quando o usuário sai da clausura. Se aqui fora as configurações sociais continuam as mesmas, então como esperar que estes usuários possam ressignificar a realidade cotidiana munidos basicamente da fé? Como indica um usuário de crack que foi internado compulsoriamente, a sua jornada não é tão simples:

- Tava satisfeito com o fato da minha mão não tremer mais, feliz por ter finalizado o segundo grau... mas ter de trabalhar pro cara, trabalho físico! Tive que aguentar a questão de ser subordinado lá dentro, sem ter argumento e ter que tar adaptado à filosofia deles, aquela coisa cristã, eu não podia assoviar uma música que não fosse cristã! Em coisa de um mês aqui em Salvador eu recomecei o uso, (VALENÇA:2010, 225).

Levando em conta que este usuário depois de sair do internamento e reencontrar a mesma realidade sociocultural já sofreu várias recaídas, essa estratégia que sustenta que o tratamento do usuário de drogas, principalmente de crack, só pode ser efetuado com êxito em regime fechado de internação compulsória está em rota de colisão com a Reforma Psiquiátrica que busca reinserir o usuário em suas comunidades de pertença, ao invés de afastá-lo delas. O modelo proposto pela reforma leva em conta uma leitura incontornável das dimensões psicossocioculturais onde o usuário não seja mais uma vítima passiva das substâncias utilizadas, mas sim um sujeito ativo que possa assumir

⁵ - a perspectiva religiosa de muitas destas comunidades, é geralmente evangélica, mas também há perspectivas espíritas e católicas.

papéis e vínculos com seus pares. Essa perspectiva leva em conta que indivíduos sem estrutura familiar, educacional e de saúde são mais vulneráveis aos usos descontrolados de substâncias, como também ao crime e a violência, sem estabelecer necessariamente uma relação de causalidade entre estes três últimos itens. Num sentido socioantropológico, o pertencimento a essas estruturas facilitaria que o usuário sustentasse sua ‘fé’ não em uma entidade terapêutica/religiosa, mas na sua comunidade de pertença com seus valores e por extensão na sociedade como um todo. Sem esses laços relacionais bem configurados o indivíduo usuário continuará sendo visto como um problema individual e não como parte de uma problemática sociocultural. Tal tipo de generalização não apenas estigmatiza o usuário como também responsabiliza a substância pelos danos causados. Especificamente no caso do crack, sua “demonização” desvia a atenção de que muitas pessoas envolvidas com o crime e que são usuários dessa substância, antes de perderem o controle sobre seu uso já eram pessoas no limite da pobreza, sem base educacional e afetiva. Se muitos criminosos são usuários de crack, são antes disso, seres humanos em situação de miséria, sem saúde e sem educação. Ao não levar esses indicadores sociais em conta, fica difícil avaliar as reais dimensões dos efeitos sociais do mercado de consumo do crack.⁶

Não por acaso, as estratégias de reabilitação psicossocial que alicerçam a reforma psiquiátrica põem em primeiro plano a inclusão social dos usuários já que para além dos desvios relacionados ao consumo de drogas, se põe em foco os desvios na estrutura social que potencializam os efeitos culturais dos psicoativos. Nesse sentido, a política de direitos humanos e as estratégias de assistência social podem favorecer uma resposta intersetorial configurando uma rede de atenção eficaz para combater alguns aspectos da exclusão na qual está imerso o usuário de crack “padrão”. Essa atenção deve ser integral, o que significa estabelecer links entre as redes públicas de saúde, de assistência social e jurídica voltadas para a prevenção, atenção e tratamento dos usos e abusos de substâncias psicoativas. Para a eficácia de um projeto desse porte, os usuários, as

⁶ - tais indicadores sociais podem ajudar a entender como alguns usuários de crack em situação socioeconômica privilegiada, não emitem comportamentos notoriamente violentos e antisociais em seus cotidianos. Em 1990 o prefeito de Washington, capital dos EUA, Marion Barry, foi preso por uso de crack. Em 2009, o prefeito de Raposos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, João Carlos da Aparecida também passou pelo mesmo problema. Ainda em 2009, o jogador de futebol Jobson do Botafogo do Rio de Janeiro foi flagrado no antidoping e suspenso pelo uso da mesma substância. Entretanto, nenhum dos três esteve envolvido em casos de violência ou tornaram-se socialmente improdutivos. Depois de passarem por tratamentos dispendiosos que não foram compulsórios nem os isolaram do convívio de seus pares, os três retomaram suas atividades - Barry foi eleito para outro mandato e Jobson voltou a ser uma das principais estrelas do Botafogo.

autoridades e profissionais da rede pública de saúde, justiça, desenvolvimento social e educação devem participar conjuntamente das deliberações intersetoriais da Saúde Mental – ao contrário do que se percebe nos projetos das comunidades terapêuticas, onde a palavra dos seus principais interessados, os usuários, não é valorizada muito menos determinante. Representantes das secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, de Educação e de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza precisam ser constantemente chamados ao diálogo com esses usuários. Nas palavras escritas por um desses últimos num manifesto público⁷, é possível perceber as dimensões do sofrimento mental daqueles que raramente são escutados, sofrimento relacionado aos rótulos imputados e mesmo à utilização específica do vocábulo “usuário” no contexto relacionado às drogas:

...me expresso no lugar de quem já foi “paciente de hospital psiquiátrico” e vem chegando ao lugar de “Sujeito de Si”. Porque já fui chamado de “esquizofrênico” por um psiquiatra psicoterapeuta. Anos depois, um psicólogo disse-me que era um “psicótico”. Mais tarde, outro psiquiatra contou-me que apresentava um quadro de “transtorno bipolar”. Recentemente, chamaram-me de “usuário” em um CAPS. Hoje, sei que sou uma pessoa, um ser humano, um cidadão que merece certos cuidados. Não interessa os sintomas que apresentei, mas o homem que sou. E, reconheço-me como usuário enquanto “uso o sistema de saúde mental” e apenas somente nesse caso.

Enquanto o enfrentamento do sofrimento mental não abranger a palavra de pessoas como esta acima citada, num processo quase normativo serão reproduzidos mecanismos de controles sociais anacrônicos. Nesse sentido, a instituição médica isoladamente pouco pode fazer para uma intervenção mais eficiente, em vista de ser um sistema especialista que não domina um corpo de saberes mais amplo sobre uma problemática ainda recente, como por exemplo, o consumo de crack. Alguns médicos são sinceros em admitir a impotência da categoria, como o faz o Doutor Dráuzio Varella em matéria publicada na Folha de São Paulo:

Dependência química não é mero hábito de pessoas sem força de vontade para livrar-se dela, é uma doença grave que modifica o funcionamento do cérebro. Nós, médicos, devemos confessar nossa ignorância: não sabemos tratá-la porque nos falta experiência clínica e conhecimento teórico. Só recentemente a comunidade científica começa a se interessar pelo tema.
(O COMÉRCIO DE CRACK: FOLHA on line,05/06/10)

⁷ - manifesto lido por um delegado do segmento dos "usuários do sistema de saúde mental" durante a apresentação de uma mesa redonda na *IV Conferência Estadual de Saúde Mental - Intersectorial - Consolidar avanços e Enfrentar desafios*, realizada em maio de 2010.

A falta de experiência não é apenas dos médicos; é dos psicólogos, dos policiais, dos juízes, assim como a ausência de conhecimento teórico é uma constante entre as famílias e amigos dos usuários. Estes são mais dois motivos para dar voz aos próprios usuários, portadores de incontestável experiência e conhecimento de causa. Nessa perspectiva é esclarecedor trazer à discussão alguns dados da pesquisa apresentada pela redutora de danos Luana Malheiros sobre “A cultura do uso de crack na população marginalizada do Centro Histórico de Salvador”, no Seminário: Drogas, cultura e sociedade (Salvador, 2009).

Buscando uma definição mais precisa deste usuário e suas práticas, Malheiros o analisa em três categorias desenvolvidas no meio nativo. Sendo a categoria *patrão* correspondente ao traficante que é usuário esporádico, concentremos atenção nas outras duas categorias. O *sacizeiro* seria o consumidor iniciante que possui um uso compulsivo e disfuncional de crack. Geralmente não possui emprego fixo, e suas atividades de trabalho flutuam entre pequenos furtos e a mendicância, o que caracteriza sua estrutura de vida como precária. O *sacizeiro* acaba desenvolvendo um maior comprometimento psicológico, físico e social, em função do consumo descontrolado quando por dias seguidos, chega a usar grandes quantidades. Já o autointitulado *usuário* é o indivíduo que possui mais tempo de uso da substância – alguns variando entre oito e quinze anos de uso, o que desmente a imagem de que um usuário de crack é um usuário terminal - e um saber acumulado a partir de suas experiências com a substância que lhe favorece um uso controlado.

O *usuário* é uma categoria nativa que vai sendo contextualizada através do contato que este indivíduo desenvolveu com programas de redução de danos e serviços de tratamento, nos quais é chamado de usuário. Este *usuário* desenvolve uma série de estratégias para regular o uso da substância de modo que esta não interfira nas suas atividades de trabalho, que geralmente são: guardar carros, reciclar materiais, se prostituir e realizar pequeno tráfico de drogas. Embora essas duas últimas atividades sejam desviantes, para esses *usuários*, significam status entre os pares, além de uma forma de sobrevivência. Nas falas desses *usuários* foi ressaltada a ligação do uso de crack como estimulante para suportar duras jornadas de trabalho, sendo mais do que uma atividade recreativa. Além disso, o crack é utilizado como estratégia de redução de danos para a fome – uma constante no seu cotidiano -, pois o efeito estimulante da substância inibe tal sensação. Já o uso de maconha misturada ao crack - o petilho -

possibilita efeitos contrários, pois permite que o *usuário* tenha apetite e em seguida sonolência – atividades que ele se permite desfrutar, quando seu trabalho lhe rende algum dinheiro e tempo para descansar. Essas percepções reflexivas seguem um sentido contrário à representação dominante de que o consumidor de crack vive em função do consumo da droga. O que é indicado por estes sujeitos é a utilização da substância para suportar suas tarefas cotidianas, em condições precárias.

Estas são algumas particularidades da cultura do crack que fogem ao conhecimento de médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas comunitários e da sociedade como um todo, mas que configuram os valores socioculturais destes usuários específicos no que diz respeito as suas estruturas e estilos de vida. Sem levar em conta estes dados trazidos pelos próprios usuários – dados que apontam que os excluídos cultivam uma droga característica de sua condição - o enfrentamento da questão será esvaziado de sentido, pois este é o contexto no qual eles vivem. Entretanto, além de incentivar a participação dos usuários nos processos de enfrentamento da questão, é também preciso implementar o incentivo e o financiamento de uma política pública⁸ e de estratégias de ressocialização. Um passo fundamental nessa direção seria a ampliação da rede de CAPS ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas), assim como a difusão de estratégias de prevenção e de redução de riscos e danos que não passem pela estigmatização do usuário, mas sim pelo resgate de sua autoestima.

Ao tentar reduzir os efeitos da estigmatização do usuário de drogas é fundamental considerar as complexidades legais do processo. Na medida em que a regulamentação do que é considerado lícito e ilícito segue padrões que são culturalmente configurados – vide que o que é legal hoje já foi proibido, como o álcool, e o que é proibido atualmente já foi liberado e volta ser, como a maconha medicinal em treze estados dos EUA, Canadá e alguns países europeus - é preciso reflexões mais apuradas para não anular os direitos privados dos cidadãos que usam drogas, em prol de interesses corporativos. Nessa perspectiva, faz-se necessário uma política pública que foque mais atenção nos usuários do que nas drogas, que são substâncias usadas pelas pessoas em contextos específicos. Sem pensar as drogas como produtos culturais e sim como o estigma dos

⁸ - de acordo com o que indica uma pesquisa coordenada pelo Centro de Pesquisas em Álcool e Drogas da UFRGS, realizada em cinco centros de tratamento ambulatorial em quatro capitais brasileiras, 39,4% dos pacientes buscam atendimento devido ao descontrole no uso de crack. Contudo, o sistema de saúde não tem conseguido dar conta da demanda.

excluídos, se continuará desenhando uma compactuação com os danos ao invés de contextualizar uma medida realista dos riscos em curso e sua possível redução.

Mas enquanto políticas públicas são debatidas, há quem esteja desenvolvendo suas estratégias de enfrentamento e estabelecimento de controles sociais de acordo com seus interesses. No caso, esta é a prática de algumas comunidades de usuários de maconha. Diferentemente dos usuários de crack, os usuários de maconha já não são tão estigmatizados – perderam o lugar para os próprios usuários de crack – a ponto de defenderem publicamente sua identidade com a estruturação de redes e comunidades. Uma destas, a ANANDA, é analisada em tese de doutorado⁹ enquanto referência de cultura política juvenil universitária.

A ANANDA (Ativistas, Redutores de Danos e Pesquisadores Associados) é um coletivo cuja origem se deu em meio à cultura universitária soteropolitana, mas seu campo de ação não se fechou nessa configuração, na busca por estabelecer um contato frequente com a sociedade civil. Quando surgiu em 2007, a meta da comunidade era quase que exclusivamente pesquisar os usos psicoativos e não psicoativos da maconha. Em função das proibições da Marcha da Maconha¹⁰ nos dois anos seguintes, quando inclusive, em decorrência de uma liminar do Ministério Público, foi instaurado inquérito policial para averiguar se integrantes do coletivo estavam fazendo apologia e estabelecendo associação com o tráfico, a ANANDA passou, em 2009, a abraçar em sua configuração, também ativistas e redutores de danos, resultando num coletivo que objetiva desenvolver uma cultura desestigmatizada dos usos da maconha. Essa busca por desestigmatização da cultura da maconha é perspectivada pelo coletivo como um processo de reparação do que considera “um erro histórico”, o proibicionismo¹¹.

Se as carteiras de estudante de muitos dos membros da ANANDA são insuficientes para garantir que o movimento não seja representado de maneira estigmatizada, eles sabem da força de persuasão que pode ser configurada em torno de valores atestados academicamente. A penetração dessa comunidade para além dos espaços estudantis tem sido intensificada desde que a proibição da Marcha da Maconha em 2009 na cidade de Salvador tornou-se um marco emblemático na reflexão e ação sobre a problemática contemporânea das drogas. Vetar o direito à livre expressão dos contrários à

⁹ - Consumir e ser consumido, eis a questão! parte II: outras configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo, (VALENÇA:PPGCS,UFBa, 2010).

¹⁰ - que acontece anualmente desde 1994, e hoje atinge mais de 200 cidades espalhadas pelo mundo.

¹¹ - o proibicionismo se caracteriza por estabelecer controles sociais sancionando limites sobre práticas culturais de grupos considerados desviantes (ESCOHOTADO: 2008).

criminalização da maconha com o argumento de que tal manifestação pública é apologética de comportamento criminoso, e que, sua propagação deveria ser restrita ao âmbito acadêmico, acabou caracterizando a academia como um espaço de pouco contato com a sociedade civil, fechado sobre si, onde tal discussão não geraria “contágio” reflexivo nos valores vigentes. No sentido contrário, buscando extrapolar os limites do âmbito universitário, a ANANDA passou a formatar seu espaço, muito mais em direção ao ativismo e à redução dos danos propiciados pela proibição – numa prática que a põs em contato com a sociedade civil –, do que à pesquisa - prática que poderia confiná-la no espaço acadêmico - operando um modelo de política estudantil contemporânea na qual o contato com as contingências extra acadêmicas sustentam sua própria configuração.

Essa iniciativa demandou um grau de confiança e organização comunitária que resultou na operacionalização de um *blog* (www.redeananda.org) como ferramenta de comunicação. Neste *blog* podem ser encontrados, além de debates sobre questões urgentes, como a agressão que um dos integrantes do coletivo sofreu por parte da polícia civil ao ser flagrado portando dois baseados, *links* que permitem acessar centros de atenção, defensoria pública, leis, pesquisas, entrevistas e eventos sobre a temática das drogas. Justamente num momento histórico em que várias minorias consolidam o direito de assumirem vozes públicas¹², as vozes emitidas na busca de uma cultura desestigmatizada da maconha – e que muitas vezes são vozes que passam ao largo das universidades, daí a preocupação do coletivo com a “inclusividade” dos excluídos - encontraram um veículo legítimo e instrumentalizado para clamar por seu direito a inclusão.

O que o coletivo traz para o primeiro plano da discussão é que já não há mais legitimidade para que uma interpretação sobre hábitos culturalmente configurados seja feita de acordo com os argumentos de autoridades que não vivenciam na própria pele os problemas diretos relacionados à questão, e que muitas vezes até, com interesses contrários, estabeleçam como axiomas incontestáveis, seus pontos de vista. No ponto de vista dos integrantes do coletivo é aí que se encontra o erro histórico. A estratégia da ANANDA é buscar a superação de reflexividades que se tornaram obsoletas quanto aos sentidos e às representações sociais em curso, representações muitas vezes estabelecidas

¹² - a Parada do Orgulho Louco e a Parada Gay já foram incluídos nos calendários culturais da cidade de Salvador.

por especialistas que sustentando contato apenas com as consequências negativas da questão, operam simplificações do fenômeno enquanto dinâmica cultural.

Os integrantes da ANANDA também perceberam que a Marcha da Maconha já cumpriu seu papel, pois mesmo tendo sua data de realização procrastinada, a reflexividade em torno de sua proposta se consolidou em escala mais ampla do que a originalmente objetivada; algumas pessoas que não participam da cultura da maconha passaram a respeitar o movimento por não concordarem com a censura a um debate público sobre uma questão considerada de interesse geral.

A Marcha da Maconha 2009 foi proibida de ocorrer na data originalmente marcada após a Justiça acatar uma liminar do Ministério Público. O coletivo adiou o evento e nesse ínterim entrou com recurso jurídico. A ANANDA foi às ruas duas vezes para se manifestar contra a proibição de se expressar peripateticamente em marcha – e assim, se manifestou parada num ponto central da cidade, para não caracterizar uma marcha. Desse modo, conseguiu realizar uma boa troca de informações com a população em trânsito, mesmo sendo observada pelos olhos de alguns agentes da Polícia Civil – que realizou algumas detenções, mas não de membros do coletivo. Estes últimos exercitaram um certo toque de dramaticidade que chamou a atenção de muitos transeuntes:

Portando cartazes, faixas de protesto e usando mordanças e panos pretos para lembrar o luto pela democracia, os ativistas da Ananda estiveram hoje, no Farol da Barra, manifestando-se contra a decisão judicial que impediu a realização da Marcha da Maconha, (01/05 - www.marchadamaconha.org).

Nesse toque de dramaticidade emblemático por algumas “interrogações questionadoras” fincadas no chão do Farol da Barra e por outras tantas pintadas nas camisetas dos participantes do coletivo, e principalmente, pelas mordanças autoexplicativas usadas, encontra-se o diferencial em relação às antigas manifestações públicas majoritariamente estudantis. Na presente configuração, a reflexão operada pelo grupo foi lúdica; bocas amordaçadas têm potencial simbólico para falar muito mais alto do que vozes em uníssono entoando palavras de ordem. A representação dramática foi incorporada ao referencial de ferramentas que o grupo dispôs para dialogar com a sociedade que entende a “lei da mordança” por experiências próprias. E essa forma de manifestação chamou a atenção de muitos transeuntes que se aproximaram e foram informados do que se tratava. Há de se ressaltar que essa intervenção dramática se configurou em torno das contingências, pois o espírito original a ser evocado para a

Marcha era mais tragicômico. Dois dias antes da proibição um possível participante traçava seus planos:

- você participaria da marcha da maconha?
 - eu já fui convidado por um amigo, eu vou usar a máscara de Michael Phelps, (risos).
- (VALENÇA:2010, 255).

Usar a máscara de Phelps¹³ ou de qualquer outra celebridade não significa que os participantes do coletivo evitem o comprometimento da imagem para não porem em risco a própria segurança. Em 21/07/09 um e-mail circulou em algumas listas da rede mundial com as quais o coletivo mantém contato:

Não somos anônimos, Somos a ANANDA

“Os integrantes da Ananda gostariam de deixar claro que de forma alguma têm procurado o anonimato como forma de escapar a qualquer responsabilidade. Muito pelo contrário, procuramos desde o princípio expor às claras nosso trabalho... o que não podemos admitir é que mesmo mantendo nossos trabalhos, objetivos e formas de atuação às claras, sejamos acusados de envolvimento com atividades clandestinas ou criminosas. Nosso trabalho é sério e gostaríamos de ter o mesmo nível de respeito dedicado à outras instituições que, como nós, são reconhecidas publicamente por também fazerem trabalhos relevantes nessa área temática.”

Sem receio de sofrer retaliações ao expor seus membros, a ANANDA realizou uma abertura ao debate com vários setores da sociedade. O coletivo buscou interfaces com organizações institucionais como o CETAD (Centro de Estudos e Terapia do abuso de Drogas), o GIESP (Grupo Interdisciplinar de Estudo sobre Substâncias Psicoativas) e a Instituição Fátima Cavalcanti de Redução de Danos. A meta é significar a problemática em torno do consumo como uma questão política, e não apenas deslocá-la do campo jurídicopolicial para o campo da saúde. Um dos princípios do coletivo é que suas ações não sejam realizadas sem prévias pesquisas sobre leis, efeitos das substâncias nos organismos e no comportamento social, lucratividade do mercado, etc. Desse modo, seus integrantes são sujeitos reflexivos com potencial para construir e divulgar dados que de outra forma dificilmente chegariam aos que não estão em salas de aula universitárias. Para refletir de modo engajado sobre os efeitos deletérios dos controles sociais proibicionistas, o coletivo necessitou configurar um corpo de conhecimentos

¹³ - nadador estadunidense recordista olímpico com 8 medalhas de ouro em Pequim 2008 que foi fotografado fumando maconha numa festa na Universidade da Carolina do Sul (EUA), três meses após os jogos olímpicos.

que pudesse fazer frente às representações dos especialistas oficiais, assim, a comunidade é formada por estudantes de psicologia, direito, antropologia, história, comunicação, medicina e biologia numa proposta transdisciplinar.

Mas apenas universitários não são suficientes para que a comunidade seja uma legítima representação da sociedade. O perfil diversificado dos integrantes do coletivo é bem heterogêneo, pois além de estudantes, entre os ativistas e redutores de danos são encontrados também artistas, artesãos e profissionais liberais o que facilita a criação de algumas oficinas que preparam o material para os eventos: faixas, cartazes, máscaras e outros materiais. Essas produções coletivas favorecem que a interação e confiança do grupo não se restrinjam apenas à realização da Marcha da Maconha e encontros formais. Cada um e todos querem levar esta atividade reflexiva para seus campos de atuação pessoal. Os integrantes se mostraram entusiasmados com a receptividade e se percebe que a comunidade encontrou uma outra possibilidade de construir satisfação coletiva ao ressignificar a cultura das drogas, que assim deixa de ser apenas uma cultura recreativa e passa a ser uma cultura política com potencial para desestigmatizar um estilo de vida que até pouco tempo atrás seria publicamente representado como o fim de muitas carreiras universitárias.

Apesar da receptividade e mesmo de uma maior aproximação dialógica entre os ativistas e alguns membros da polícia civil em contato mais constante, os riscos ainda estão presentes, pelo menos para alguns integrantes. A referência evocada no coletivo foi o caso do ativista Aldo Bianzino que em 2007 faleceu na Itália em circunstâncias não esclarecidas, após ser detido e conduzido a uma delegacia por cultivar plantas de maconha com a finalidade de realizar pesquisa e produção de medicamentos. Embora as detenções que aconteceram no Farol da Barra não tenham sido acompanhadas de violência física, o fantasma dos controles formais inflexíveis ainda está presente. Se na prática a redução de danos só configura sentido para os envolvidos depois que alguns danos são vividos, os integrantes do coletivo legitimam seu direito à segurança reduzindo os riscos de forma preventiva. Em todos os eventos ou reuniões, os participantes - membros do coletivo ou não - são instruídos a não portar nenhuma substância. Os integrantes do coletivo elaboraram sanções sobre os seus consumos de forma a não perder os autocontroles informais sobre a situação. Nessa busca por uma interpenetração segura com a sociedade civil, a ANANDA vai sendo configurada não como uma comunidade à parte, mas como uma organização comunitária reflexivamente incluída, inclusiva e participativa.

Contextualizando a questão política do consumo de maconha numa perspectiva nacional, este coletivo é apenas mais uma das comunidades que se organizam na luta ao redor de uma cultura desestigmatizada de substâncias psicoativas, e nessa configuração mais ampla, as relações de poder intercomunitárias correm o risco de reproduzir as próprias estruturas que se propõem a combater. Essa é uma interpretação possível para um e-mail aberto enviado por um dos organizadores da ANANDA em 12/07/09 para um interlocutor externo à comunidade:

a existência das tensões de certa parte do grupo que se auto-denomina "Coletivo Nacional".... pessoas que saem por aí se auto-denominando Coordenadores e Advogado da Marcha, como se fossem representantes de pessoas que não só não precisam como não querem ser representadas por outros... Todos nós sabemos dos perigos de pessoas saírem por aí dizendo que representam a Redução de danos no país, ou os usuários de drogas, seja aqui dentro ou lá fora, em outros países.

“Coordenadores e advogados” à parte, a ANANDA sugere a descentralização não apenas das representações configuradas em torno do poder estabelecido como também das ações das comunidades antiproibicionistas. Em outro e-mail remetido para uma lista de pesquisadores, o coletivo propõe que ao invés de “engessar” o movimento centralizando sua representação em uma liderança ou outra, que comece a haver um maior contato entre acadêmicos e ativistas, entre pesquisadores e redutores de danos em várias cidades do país. A lista fornecida engloba contatos a serem feitos em Americana, Aracaju, Brasília, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Natal e Rio de Janeiro.

Em setembro de 2009 o coletivo guardou uma grande vitória no currículo quando foi concedido um *Habeas Corpus* que garantiu segurança judicial para a realização da marcha. No dia 05 de dezembro de 2009 a Marcha da Maconha aconteceu. Em torno de mil pessoas estiveram presentes na manifestação, pessoas de setores distintos da sociedade – além de estudantes e professores, puderam ser identificados médicos, artistas, jornalistas e uma simpática Mãe de Santo à frente do cortejo devidamente trajada. Como uma sorridente portabandeira ela carregava um cartaz com os dizeres: “Contra a criminalização do usuário da maconha”¹⁴. Entre as pessoas que passavam

¹⁴ - de acordo com um dos organizadores da Marcha: “o lance da Mãe-de-Santo foi algo muito louco. Ela é quem nos procurou, perguntando se poderia ir na Marcha. Me mandou um e-mail! eu disse que é claro, iríamos adorar, e ela pareceu com os netinhos, a placa já pronta e toda vestida de baiana, inclusive com os detalhes verdes. Ela disse que não é usuária mas o filho é, e ela não quer que ele morra por isso”. (VALENÇA:2010,259)

pelo Farol da Barra naquela tarde de sábado muitas simpatizaram com o movimento perpetuando uma representatividade heterogênea para o evento. O trânsito parou de circular por quase uma hora, mas foi perceptível que os motoristas e passageiros não manifestaram maiores irritações. Alguns liam os panfletos distribuídos com surpresa, outros com ampla receptividade, mas não foram percebidas hostilizações à manifestação. O mais curioso é que os policiais enquanto agentes de controle formais não foram vistos na área - claro que meus olhos não são os mais treinados para perceber quem não quer ser percebido – mas isso não provocou pânico entre os transeuntes nem entre os motoristas que foram suficientemente pacientes para não buzinares evitando poluição sonora no bairro.

A organização da Marcha foi eficiente para não perturbar a ordem municipal com o carro de som emitindo um volume de decibéis tolerável, e principalmente, porque um dos mecanismos de controle propostos era que portar e usar drogas durante a manifestação seria contrário aos objetivos em pauta e esse item foi facilmente mantido, a não ser por um baseado que foi aceso por alguns artesãos que já estavam no local e se incorporaram ao movimento, mas foram rapidamente avisados pelos manifestantes da inviabilidade do ato. Os próprios manifestantes acabaram sendo os agentes de controle responsáveis pela segurança do evento. Um dos organizadores depois informou sobre a aparente ausência dos agentes de controle formais, a polícia:

havia poucos disfarçados, que eu saquei, mas a estratégia do governo foi justamente não mandar a PM, nem o juizado, nem a Transalvador nem a Civil, pra ver se nós íamos saber fazer o lance ou se ia dar merda. O legal é que foi mais lindo ainda sem eles, demonstrando uma boa capacidade dos maconheiros de se organizarem. (VALENÇA:2010,260).

As articulações legais e os resultados conquistados pela comunidade com fins à liberdade de expressão demonstraram que algumas configurações sociais estão sendo extremamente ressignificadas. Enquanto não houver uma política pública que dê voz aos usuários, essas são estratégias que estão sendo postas em prática por uma cultura de jovens tendo como referência algumas configurações da cultura universitária – em 2010, outros atores estão à frente da Marcha da Maconha em Salvador¹⁵, perpetuando o ciclo.

¹⁵ - marcha que voltou a ser proibida pelo Ministério Público na véspera de sua realização.

3 – Reflexões finais

Diferentemente da cultura do crack, a cultura da maconha permite configurar uma organização institucional que encontra respeito em alguns setores da sociedade. Entretanto, vale ressaltar que a estratégia que visa levar informações e provocar reflexões na sociedade sobre a cultura das drogas não se limita às iniciativas dos usuários. Alargando as articulações intersetoriais, o CETAD no ano de 2010 está pondo em prática um curso de capacitação para defensores públicos sobre substâncias psicoativas e seus usos enquanto fenômeno e sintoma social da contemporaneidade, enfatizando suas dimensões socioculturais nas vertentes política, clínica e ética. Valorizando o papel da defensoria pública enquanto operadora do direito na promoção do acesso à justiça em sintonia com a garantia dos direitos humanos para as camadas sociais mais pobres, este curso é um passo estratégico do CETAD para ressignificar as leituras e intervenções quanto à questão do consumo de substâncias psicoativas. Este curso segue as mesmas diretrizes que o curso que o CETAD vem ministrando na formação de jovens especialistas em “psicoativos, seus usos e usuários”, na busca de formar agentes sociais que enfoquem mais o usuário do que a substância usada.

Enquanto não for configurada uma política pública que leve em conta a experiência e o conhecimento dos usuários como referência, estes cursos serão modelos de estratégias que enfatizam a redução de riscos e danos possível no atual cenário políticocultural ocidental: gradativamente há mais controles formais e informais para o consumo de álcool e tabaco; mais tolerância para o consumo controlado de maconha, principalmente o consumo medicinal¹⁶; menos tolerância e mais representações estigmatizantes quanto aos riscos e danos associados ao consumo de cocaína e crack, além da normatização do consumo prescrito de fármacos com efeitos psicoativos e da regulamentação do consumo de ayahuasca como ingrediente religioso e terapêutico. A juventude deve ser bem informada e orientada para enfrentar essas culturas psicoativas tendo em perspectiva quais riscos à segurança pública e particular acompanham sua busca por felicidade seja portando um copo, um cigarro ou uma pílula.

¹⁶ - em maio de 2010 houve a primeira reunião para tratar da Agência da Cannabis Medicinal Brasileira, evento promovido pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), com pesquisadores de diversos países e de diferentes instituições.

Referências:

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. Abramo, Helena Wendel & Branco, Pedro Amauri Martoni (Orgs.). S.P.: Editora Fundação Perseu Abreu Abramo, 2008, p.37/72.

Bahia, Análise & Dados. *Juventude: Questões, desafios e políticas públicas*, 2010, 2.

BOITEUX, Luciana. & CASTILHO, Ela. & VARGAS, Beatriz. & BATISTA, Vanessa. & PRADO, Geraldo & JAPIASSU, Carlos. *Tráfico de Drogas e Constituição no Brasil*. RJ: UFRJ/UnB, 2009.

CARLINNI-MARLAT, Beatriz. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. Abramo, Helena Wendel & Branco, Pedro Amauri Martoni. (Orgs.). SP. Editora Fundação Perseu Abreu Abramo, 2008, p.303/322.

O comércio do crack. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0506201027.htm>>.

ESCOHOTADO, Antonio. *Historia general de las drogas: Fenomenología de las drogas*. Madrid: Editorial Espasa Calpe S. A., 2008.

Guerra às Drogas: US\$ 1 trilhão gastos inutilmente. Balanço de 40 anos feito pela Associated Press. Disponível em:
<<http://maierovitch.blog.terra.com.br/2010/05/24/guerra-as-drogas-balanco-de-40-anos-de-fracassos-feito-pela-associated-press/>>.

MALHEIROS, Luana. *A cultura do uso de crack na população marginalizada do Centro Histórico de Salvador* – Apresentação no Seminário: Drogas, cultura e sociedade, Salvador, 03/09/09.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. Abramo, Helena Wendel & Branco, Pedro Amauri Martoni (Orgs.). SP.: Editora Fundação Perseu Abreu Abramo, 2008, p.27/36.

VALENÇA, Tom. *Consumir e ser consumido, eis a questão! parte II: outras configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo*. Tese de doutorado. PPGCS, UFBA, Salvador, 2010.

VALENÇA, Tom. Drogas na cultura de consumo: do estigma ao preço da felicidade. In: *Os novos velhos desafios da saúde mental*. LUIS, Margarita Antonia Vilar (Org.). Ribeirão Preto: DEPCH/EERP/USP, 2008. pgs.183-191.

VENTURI, Gustavo & BOKANY, Vilma. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. Abramo, Helena Wendel & Branco, Pedro Amauri Martoni (Orgs.). S.P.: Editora Fundação Perseu Abreu Abramo, 2008, p.351/446.